

RESENHA

LOSANO, Mario G. **Función Social de la Propiedad y los Latifundios Ocupados. Los Sin Tierra de Brasil**. Madrid, Dykinson, 2006. 219p.

Selvino Antonio Malfatti*

O livro do Professor Losano aborda a questão agrária brasileira, a qual envolve vários atores: políticos, juristas, latifundiários e Movimento dos Sem-Terra. O autor se propõe a observar à distância a reação dos atores, em que pese se declarar simpático aos movimentos sociais e partidos de esquerda.

A problemática analisada pelo autor procura evidenciar os limites entre estereótipos e realidade das questões: está o Brasil cheio de latifúndios improdutivos? Os excluídos das periferias urbanas podem se tornar agricultores? A pequena propriedade campesina pode ser auto-suficiente? Quantos realmente são os sem-terra? Quantos são os latifúndios improdutivos? Faz sentido ocupar os latifúndios, mesmo os produtivos, e dividi-los em pequenas propriedades? Faz algum sentido a monocultura num país que luta contra a fome? Quanto custa ao Estado, e por extensão à sociedade, um processo de assentamento? É possível um modelo de reforma agrária para todo o Brasil? Pode continuar a Igreja católica alimentar um exército de sem-terras acenando-lhes para uma duvidosa “Terra Prometida”? Em vez de prometer “terra para todos” não seria melhor incentivar um convívio entre “agrobusiness” e uma agricultura familiar?

Para expor e discutir estes assuntos Losano divide o livro em cinco capítulos. Os dois primeiros, “Diário Seletivo de Dois Meses Normais” e “Política Agrária e Reforma Agrária” preparam a grande discussão que acontece no capítulo terceiro: “A Ocupação das Terras Improdutivas e o Movimento dos Sem-Terra”. Este é o capítulo central, pois discute os fundamentos filosófico-jurídicos que alimentam a ideologia dos Sem-Terra dos

* Professor de Ciência Política do Centro Universitário Franciscano. Doutor em Filosofia.

latifundiários e do governo. O capítulo refaz com maestria a trajetória genética dos Sem-Terra: opção preferencial pelos pobres, teologia da libertação, Comunidade Eclesial de Base, Pastoral da Terra, Movimento dos Sem-Terra e Partido dos Trabalhadores. A fundamentação filosófica do Movimento dos Sem-Terra –MST- reside na tradicional Doutrina da Igreja católica do direito natural. Conforme esta doutrina a terra é de Deus e Este a deu a todos. A Doutrina da Igreja católica defende que o direito à terra é inerente à natureza humana por obra do Criador. Para os Sem-Terra este direito natural é reforçado pelo dispositivo constitucional afirmando que a terra tem uma função social e que as terras improdutivas são passíveis de desapropriação. Os latifundiários apegam-se ao “sagrado” direito de propriedade de conformidade com a filosofia liberal e argumentam que o dispositivo constitucional ainda não foi regulamentado. O governo, por sua vez, em voltas com a eficácia, necessita seguir os trâmites processuais para desapropriação e posterior assentamento. Em síntese: o Movimento dos Sem-Terra apóiam-se num argumento teológico; os ruralistas apegam-se ao jurídico e o governo age politicamente. Esta é a problemática com seus desencontros e conflitos e discutida pelo professor Losano.

O Movimento dos Sem-Terra, estribado nestes dois suportes, um filosófico-religioso e outro filosófico-jurídico, lança-se à ocupação (na versão dos sem-terra) e invasão (na versão dos ruralistas) de terras supostamente improdutivas. Os ruralistas ingressam na justiça pedem a reintegração de posse. O Partido dos Trabalhadores –PT- que na origem do Movimento dos Sem-Terra foi o grande incentivador e mesmo financiador - atualmente é governo e diante disso opõe-se à ação dos Sem-terra. Este é dilema tanto para o governo como para o Movimento dos Sem-Terra. Se pressionar o governo está deixando em apuros antigos e atuais companheiros, se o governo acua os Sem-Terra está rasgando bandeiras que o ajudou a eleger-se.

Por outro lado, o Papa João Paulo II faz um alerta ao episcopado brasileiro numa de suas viagens ao Brasil sobre o rumo das Comunidades Eclesiais de Base, a “célula mater” do MST : O Papa fala no dever de “eclesialidade”, em “laço sincero com os bispos legítimos”. E enfaticamente arremata: “ sobre tudo estamos em presença do perigo de transpor o limite da política.” Estes “sinais de alerta” da parte do Papa à Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil provocou um refluxo no envolvimento direto da Igreja católica nas Comunidades Eclesiais de Base. No entanto, a semente estava lançada,

crecera e se tornara adulta. Já passara a ter vida própria sem necessitar mais de quem a concebeu.

Isto e muito mais constitui a problemática debatida pelo livro. Parece ser um assunto atual e pertinente.